



GTP das Resistências: raça, etnia, gênero e sexualidade no Serviço Social brasileiro

Race, ethnicity, gender and sexuality in Brazilian Social Work


Ana Paula Procópio da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0003-4420-1114>

Guilherme Gomes Ferreira**

 <https://orcid.org/0000-0002-4036-1615>

Raquel Mota Mascarenhas Pataxó***

 <https://orcid.org/0000-0003-2410-3429>

Rayane Noronha Oliveira****

 <https://orcid.org/0000-0002-1987-7959>

RESUMO

Neste artigo, a coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social” apresenta uma análise que articula as discussões desenvolvidas no âmbito do GTP às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com o objetivo de evidenciar como a profissão tem constituído o debate e as lutas interseccionais no campo da formação e do exercício profissional. O texto realiza um resgate histórico da constituição do GTP, destaca sua contribuição para o fortalecimento dos três núcleos de fundamentação da formação profissional das Diretrizes Curriculares e, por fim, aponta os desafios para a materialização de uma análise capaz de apreender a totalidade social na formação e na prática profissional de assistentes sociais.

*Professora. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: procopio.anapaula@gmail.com

**Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Docente Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). E-mail: guilhermeferreira@ufrgs.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Mariana, Brasil). E-mail: raquel.pataxo@ufop.edu.br

****Professora. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Docente Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Paraíba, Brasil). E-mail: rayane.noronha.oli@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p254-273



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

PALAVRAS-CHAVE

Classe; Raça; Gênero; Relações étnico-raciais; Sexualidades.

ABSTRACT

In this article, the coordinators of the Thematic Research Group (GTP) “Social Work, Feminisms, Ethnic-Racial Relations, Gender, Sexualities, and Social Class” present an analysis that connects the discussions developed within the GTP with the Curricular Guidelines of the Brazilian Association for Social Work and Research. The aim is to highlight how the profession has shaped intersectional debate and struggles in the field of professional training and practice. The text provides a historical overview of the GTP’s establishment, highlights its contribution to strengthening the three core foundations of professional training established in the Curricular Guidelines, and, finally, highlights the challenges for implementing an analysis capable of capturing the social totality in the training and professional practice of social workers.

KEYWORDS:

Class; Race; Gender; Ethnic-Racial Relations; Sexualities.

Introdução

É com grande estima que a Coordenação do Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social” apresenta este artigo coletivo, com o intuito de articular as discussões e pesquisas do GTP às Diretrizes Curriculares (DC) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), procurando refletir, também, sobre como a profissão tem amadurecido, em seu interior, o debate e as lutas interseccionais no campo da formação e do exercício profissional. Construir um artigo de forma coletiva não é tarefa simples — sobretudo quando se assume a responsabilidade de resgatar, ainda que parcialmente, a história construída por aquelas/es/us que nos antecederam e que, de forma democrática e plural, semearam pesquisas e debates sobre antirracismo, feminismos, gênero, sexualidades dissidentes e a questão étnico-racial no interior da categoria profissional.

Assim, iniciamos este texto saudando e referenciando “as mais velhas” que nos precederam e possibilitaram que hoje possamos avançar na luta pela materialização desses conteúdos nos currículos das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) em Serviço Social. Ainda que o caminho a percorrer seja longo, reafirmamos o compromisso com a construção de uma cultura profissional que reconheça a importância das temáticas discutidas por este GTP.

A análise do desenvolvimento do capitalismo, bem como da formação socio-histórica dos Estados-nação da qual o caso brasileiro faz parte, requer uma abordagem concreta das relações sociais generificadas e racializadas. Tais relações, determinadas pelo movimento de acumulação do capital, são coconstitutivas (Ferguson, 2017) da reprodução ampliada da sociedade capitalista, marcada por sua lógica desenfreada de produção e valorização do valor. Não por acaso, a população mais precarizada, que ocupa as piores condições de trabalho e vive à margem da proteção social, é composta majoritariamente por mulheres negras e indígenas (cis e transexuais) e por pessoas racializadas como não brancas.

A título de exemplo, cabe destacar que a população trans — especialmente a travesti — é compulsoriamente inserida em empregos extremamente precarizados, como o trabalho sexual de rua, diante da ausência de condições reais de inserção em outros espaços sociais

e ocupacionais. No contexto em que o acesso à educação é sistematicamente negado e a expectativa de vida dessa população gira em torno de 35 anos, mulheres trans e pessoas travestis experienciam de forma extrema os efeitos mais deletérios da sociedade capitalista, fundada em um modelo de valorização e reconhecimento centrado no ideal do homem branco, europeu, cis-heterossexual, letrado, proprietário e sem deficiências.

Portanto, as pessoas que se distanciam desse padrão são desvalorizadas, desumanizadas e, em diversos contextos, criminalizadas ou patologizadas¹. Esse modelo de humanidade, erigido no bojo da constituição do modo de produção capitalista, desde sua emergência na Europa e, concomitantemente, no processo de colonização pioneiro na América Latina, é herança da modernidade, como argumentam autores/as decoloniais (Quijano, 2005; Lugones, 2008; Dussel, 1993).

É possível, assim, compreender que as expressões do racismo, do sexismo, do capacitismo, da cis-heteronormatividade e a própria iconografia binária da diferenciação e complementaridade entre os sexos/gêneros integram a mesma totalidade social, cujas raízes são constituídas no processo colonial. Essas expressões não apenas foram determinadas por esse processo histórico de formação das sociedades de classe capitalistas, como também o determinaram, sendo, portanto, constitutivas da totalidade social de base classista.

As populações negras e indígenas, as mulheres, as dissidências sexuais e de gênero e as pessoas com deficiência e/ou neurodivergências estão entre as que mais dependem das políticas públicas e, conseqüentemente, são as mais impactadas pelos sucessivos cortes orçamentários e pelas medidas de austeridade fiscal, que incidem diretamente sobre os investimentos na reprodução social — como saúde, assistência social, habitação, transporte, educação, segurança pública e previdência. Não por acaso, o sexismo e o racismo, como determinantes estruturais das desigualdades sociais, evidenciam vulnerabilidades históricas: populações indígenas e negras, os segmentos mais atingidos pelo pauperismo, são maioria no desemprego e na pobreza; particularmente no Brasil, a pobreza extrema afeta seis vezes mais a população indígena e duas vezes mais a população negra, comparativamente à branca, totalizando 49% dos indígenas e 33% dos negros na quinta parte mais pobre da população (CEPAL, 2016).

O maior contingente de usuárias dos serviços sociais nos diversos espaços socio-ocupacionais do Brasil é composto por mulheres negras, que, contraditoriamente, figuram entre aquelas que mais pagam impostos, devido à estrutura regressiva do sistema tributário brasileiro, que incide proporcionalmente sobre o consumo de bens e serviços (Salvador, 2010).

É nesse cenário que nós, assistentes sociais — também pertencentes à classe trabalhadora e, portanto, igualmente atingidas/os/es pelas dinâmicas de acirramento das desigualdades sociais e da precarização das condições de reprodução social — somos convocadas/os/es a exercer um trabalho profissional que, tendo caráter interventivo, não pode prescindir de

¹ Recomenda-se a leitura do “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024”, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) disponível no seu sítio eletrônico.

sua dimensão crítica e reflexiva². Por isso, considerando a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), devemos primar por uma práxis em que prevaleça a unidade entre teoria e prática, a partir da perspectiva analítica de totalidade da realidade social, sem perder de vista o caráter interseccional dos processos de exploração e opressão, bem como das resistências organizadas pelos movimentos sociais.

Os dados sobre o perfil profissional, produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), ainda que oriundos de pesquisa por amostragem e não censitária, confirmam uma categoria inserida na divisão social e técnica do trabalho, determinada pela configuração racializada e generificada dessa divisão. Em paralelo à população brasileira, conforme o último Censo Populacional (IBGE, 2022), observa-se uma relativa equivalência entre o percentual de assistentes sociais negras (50,34%) e a incidência da população negra no Brasil (55,4%). Contudo, constata-se um percentual inferior de assistentes sociais indígenas (0,32%) em comparação à população indígena total (0,83%), e superior de assistentes sociais que se autodeclaram de cor/raça amarela (1,85%), em contraste com a representatividade dessa população no país (0,4%). Destaca-se, ainda, a marcante presença de assistentes sociais do gênero feminino (92,92%), em comparação ao percentual de mulheres na população brasileira (51,5%)³.

A composição socioeconômica da categoria profissional explicita a interseccionalidade entre classe, gênero, sexualidade, raça e etnia, da qual a divisão generificada e racializada do trabalho é expressão⁴. O Serviço Social encontra-se inserido nessa relação necessária, porém contraditória, entre trabalho reprodutivo e produção de valor (Rocha; Beltrão; Oliveira, 2025). Tal configuração denuncia uma contradição no interior da lógica capitalista: embora fundamentais à reprodução da vida e, conseqüentemente, à própria sustentação do capital, os espaços ocupados majoritariamente por mulheres negras permanecem desvalorizados e invisibilizados no processo de reprodução ampliada do capital. Isso torna imprescindível compreender como as relações sociais de gênero, raça, etnia e sexualidade são produzidas e reproduzidas na sociedade capitalista.

Abranger a complexidade e a amplitude dessa discussão é um desafio imenso — e não se trata de elaborar uma revisão acabada, mas de oferecer uma contribuição a esse debate.

² Pois devemos compreender “a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS, 1996, p. 5).

³ Não é possível observar a relação entre assistentes sociais que declaram outras expressões de gênero com a incidência desse segmento na população brasileira, devido não haver essa variável na coleta censitária.

⁴ O conceito de interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez pela feminista negra Kimberlé Crenshaw, em 1989, para explicar a experiência de desigualdade vivida pelas mulheres negras nas sociedades ocidentais. Contudo, a crítica coletiva do feminismo negro ao racismo e à heteronormatividade do feminismo branco e de classe média remonta ao Manifesto do Coletivo Combahee River, na década de 1960, aos trabalhos de Angela Davis e à abordagem conceitual de Patricia Hill Collins sobre o tema. Se retrocedermos ainda mais na história, podemos identificar essa perspectiva no célebre discurso “E eu não sou uma mulher?”, de Sojourner Truth, no século XIX. No Brasil, autoras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Karla Akotirene abordam, cada uma à sua maneira, as intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe, compreendendo que essas dimensões estruturam as experiências de exploração, opressão e resistência das mulheres negras brasileiras.

*Ainda bem que somos muitas e estamos em muitos lugares*⁵, como afirmam as mulheres organizadas nos movimentos feministas, negros, indígenas e dissidentes. Nesse sentido, este artigo também se configura como um convite à comunidade docente, discente e de pesquisadoras/es/us para a valorização dos debates que envolvem a interseccionalidade entre classe social, gênero, raça, etnia e sexualidade na sociedade capitalista, a partir da totalidade social.

Breve histórico: “Companheira, me ajude que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”⁶

O Grupo Temático de Pesquisa, inicialmente intitulado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades”, foi criado durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, em 2010, com o objetivo de “propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social” (Queiroz et al., 2014, p. 233). A partir da assembleia geral do XV ENPESS, em 2016, o debate geracional passou a configurar o GTP “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”.

Em outro momento, o GTP, por meio da publicação “Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades” (Eurico et al., 2021), desenvolveu análises que articulam as temáticas em questão às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ressaltando a crescente demanda por aprofundamento da relação entre gênero, raça e classe no capitalismo, tanto nos espaços de formação quanto no exercício profissional. Como destacam as/os autoras/es: “[...] uma vez que as(os) assistentes sociais, em seus processos de trabalho, atuam nas mais variadas políticas públicas relacionadas a questões que têm as mulheres como demandantes e beneficiárias [...]” (Eurico et al., 2021, p. 296).

Em resposta a essa demanda histórica, a Assembleia do XIV ENPESS, realizado em Natal, em 2014, aprovou a inclusão de, ao menos, um componente curricular obrigatório na graduação, antes da inserção no estágio supervisionado, que contemple o debate das relações sociais de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, em razão da “compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações” (ABEPSS, 2016, p. 5). O relatório também sugeriu práticas, como: “o estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades”, além do “apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais e anti-heterossexistas, por meio de parcerias, projetos de extensão e pesquisa, entre outros”. Ademais, recomendou-se “a promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico” (ABEPSS, 2016).

⁵ Referência ao lema dos movimentos lésbicos que historicamente usaram esse slogan para dar visibilidade às mulheres lésbicas, assumindo a multiplicidade e diversidade que compõem os movimentos dissidentes.

⁶ Referência a uma música cantada pelos movimentos feministas ao realizar alusão à necessária união: a unidade na diversidade com horizonte de práxis possível.

No que se refere à incorporação da teorização sobre a questão étnico-racial e as dissidências sexuais e de gênero, a profissão ainda revela as contradições inerentes ao seu cariz conservador, mas tem promovido avanços significativos. Esses podem ser notados na direção ético-política do conjunto CFESS/CRESS, materializada em documentos e campanhas que oferecem sustentação para a intervenção profissional. Do ponto de vista da produção de conhecimento, a profissão tem enfrentado o “pouco aprofundamento teórico-metodológico e do debate ético-político sobre o tema” (Eurico et al., 2021, p. 301). Também se observa o reconhecimento e a promoção das temáticas pela ABEPSS, por meio do dossiê temático da revista *Temporalis*, em 2014, publicado em dois volumes sob o tema *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades* e, em 2025, na edição *Formação antirracista em Serviço Social*.

O mesmo movimento pode ser observado em periódicos da área de Serviço Social. Em 2011, a revista *Em Pauta* (UERJ) publicou o eixo temático *Diversidade sexual e de gênero*; em 2020, lançou dois volumes sobre *Questão Étnico-Racial e Antirracismo*; em 2021, a edição *Movimento de Mulheres, feminismos e estudos de gênero*; e, em 2024, o dossiê *Questão ambiental, povos originários e populações tradicionais*. Em 2012, a revista *Praia Vermelha* (UFRJ) publicou a edição *Gênero* e, dez anos depois, em 2022, o dossiê *Feminismos e Serviço Social*. Em 2024, a revista *Argumentum* (UFES) publicou as edições *Questão étnico-racial, serviço social e política social* e *Crise capitalista, degradação ambiental e lutas dos povos originários na América Latina*.

No que se refere aos livros, em 2020, foi publicada a obra *Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas*, organizada por Angélica Kaingang e Rosa Maria Castilhos Fernandes (Kaingang; Fernandes, 2020), e *No olho do furacão: Populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social em tempos de barbárie*, organizado por William Berger (2020). Em 2021, lançou-se o livro *Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*, organizado por Maria Helena Elpídio, João Paulo Valdo e Roseli Rocha (Elpídio; Valdo; Rocha, 2021).

Em 2023, foi publicado *Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*, cuja organização se comprometeu em “socializar os acúmulos sobre os debates e produções teóricas produzidos pelas/os pesquisadoras/es que se aglutinam em torno da ênfase em sexualidade do Grupo Temático de Pesquisa” (Duarte et al., 2023, p. 11). No mesmo ano, foi lançada a coletânea *Raça, gênero & sexualidade: perspectivas contemporâneas no Serviço Social*, organizada por Marco José de Oliveira Duarte e Carla Cristina Lima de Almeida, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ.

Durante o XVIII ENPESS, realizado em Fortaleza em 2024, foi apresentada a coletânea do GTP intitulada *Feminismos, interseccionalidades e Serviço Social* (Duarte et al., 2024), além do livro *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*, de Guilherme Gomes Ferreira e Bruna Andrade Irineu, publicado como o décimo volume da *Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social* pela Editora Cortez. Ainda em 2024, ocorreu a publicação do livro *Povos Indígenas do Alto Rio Negro e dominação colonial: A resistência na contracorrente de missões, missionários e militares* (Castro et al., 2024), que contou com a participação da assistente social Joaquina Barata Teixeira como uma de suas organizadoras.

Desde a criação do GTP, pesquisadoras e pesquisadores envolvidos nos debates sobre gênero, feminismos, raça, etnia e sexualidade na categoria profissional têm participado ativamente de sua coordenação e de suas ações, no sentido de ampliar esse debate na formação e no exercício profissional. Cabe registrar, nesse percurso, especialmente em 2024, a reorganização do GTP em torno de quatro eixos temáticos: 1) Sexualidades, identidades de gênero, feminismos e Serviço Social; 2) Relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e Serviço Social; 3) Relações étnico-raciais, antirracismo, feminismos e Serviço Social; e 4) Questão indígena e Serviço Social.

Quadro1: GTPs e ementas

GTP Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social
<p>Sexualidades, identidades de gênero, feminismos e Serviço Social</p> <p>Ementa: Sexualidades hegemônicas e dissidentes e a multiplicidade das expressões de feminilidade e masculinidade presentes no escopo das relações sociais. Historicidade das sexualidades e das identidades de gênero e a produção das desigualdades sociais e as diversas opressões, explorações, dominações e resistências existentes na sociedade. Movimentos e lutas sociais articulados em torno da sexualidade e expressão de gênero. Direitos sexuais e reprodutivos. Direito à expressão de gênero como direitos humanos. Políticas sexuais, com ênfase nas políticas públicas de enfrentamento das desigualdades relacionadas à sexualidade e à expressão de gênero. Relações entre sexualidade, identidades de gênero, trabalho e formação profissional de assistentes sociais. Ações afirmativas das pessoas transexuais e travestis no Brasil.</p>
<p>Relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e Serviço Social</p> <p>Ementa: Divisão sexual e racial do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo. Sistema capitalista patriarcal e racista, violências sexistas, racistas e capacitistas contra mulheres nos espaços públicos e privados. Vertentes teóricas e políticas dos feminismos. Feminismos negro, lésbico e transfeminismos. Particularidades das lutas das mulheres na América Latina. Articulação entre feminismos e Serviço Social.</p>
<p>Relações étnico-raciais, antirracismo, feminismos e Serviço Social</p> <p>Ementa: Raça, racismo e capitalismo. Diáspora africana. Teorias raciais e pensamento social na formação brasileira: do século XIX à contemporaneidade. Estado, raça e racismo institucional no Brasil. O movimento negro e suas múltiplas formas de resistência e organização. Movimento de mulheres negras, a contribuição do feminismo negro e o enfrentamento do racismo, sexismo, genocídio, capacitismo, violências contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil. Políticas públicas de equidade. Ações afirmativas raciais e quilombolas no Brasil. Questão social e questão étnico-racial na formação socio-histórica e política brasileira e na formação profissional e no exercício profissional.</p>
<p>Questão indígena e Serviço Social</p> <p>Ementa: A questão indígena na configuração do capitalismo e na formação socio-histórica brasileira. Violações, racismo e epistemicídio. Movimentos de resistência indígena no Brasil e em âmbito internacional. Feminismos e coletivos LGBTQIAP+ indígenas. As epistemologias, a diversidade étnico-cultural, linguística e territorial dos povos indígenas no Brasil e na América Latina. Direitos sociais e políticas indigenistas. As lutas sociais e a demarcação dos territórios indígenas.</p>

Durante o XVIII ENPESS (2024), ocorreram duas deliberações coletivas que culminaram na atual configuração das ênfases e ementas desses GTP. Compreendendo que a luta feminista constitui e atravessa todas as ênfases, decidiu-se abordar a ênfase “Feminismos e Serviço Social” — criada no ENPESS de 2018, em Vitória/ES — na totalidade das ementas. Ademais, atendendo à solicitação da Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, diante da necessidade de promover, dar visibilidade e consolidar a produção de

pesquisas acerca da questão indígena na profissão, deliberou-se pela inclusão do eixo específico “Questão Indígena e Serviço Social”.

A partir dessas contextualizações, apresentamos algumas das contribuições deste GTP à formação e atuação profissional, partindo da concepção de que não cabe somente a alguns componentes curriculares (em muitos casos, apenas um), como “Educação para as Relações Étnico-Raciais” ou “Gênero e Serviço Social”, a responsabilidade pelos conteúdos relacionados a gênero, raça, etnia e sexualidade, os quais, como defendemos, estão inscritos na totalidade social como dimensões coconstitutivas (Ferguson, 2017) das relações sociais de classe.

Relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo e os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Buscamos provocar a categoria de assistentes sociais acerca do lugar do debate sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo na totalidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Entendemos que ainda é um desafio, para muitas UFAs, trabalhar de modo não classificatório os três núcleos de fundamentação da formação profissional em todos os componentes curriculares, de maneira que, com alguma frequência, nos deparamos com narrativas discentes e docentes que autonomizam as disciplinas ou as classificam como próprias de um ou outro núcleo. Essa prática se reflete no debate sobre as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, isto é, na tendência de que esses estudos sejam realizados de maneira independente e, por isso, ausentes nos demais componentes curriculares.

Ter uma ou mais disciplinas obrigatórias específicas sobre essas relações nos currículos é um passo importante, assim como é fundamental a presença de referências bibliográficas que abordem o caráter estrutural dessas relações em todo o currículo dos cursos de Serviço Social, caracterizando a transversalidade dos temas. No entanto, essas referências podem constituir apenas uma evidência formal, que não garante nem um debate orgânico à disciplina, nem que o conteúdo tenha sido apreendido de forma crítica e qualificada.

[...] a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional [...] (ABEPSS, 1996, p. 9).

Ao nos referirmos ao ser social como totalidade histórica, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS no que diz respeito ao núcleo de fundamentação teórico-metodológica da vida social, é necessário compreender que o desenvolvimento da sociedade burguesa — “apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura” (ABEPSS, 1996, p. 10) — expressa-se como uma totalidade social constituída por uma relação unitária, dialética e relacional entre as partes e o todo. Assim, as partes, quando abstraídas do todo, tornam-se categorias vazias e desprovidas de concretude; da mesma forma, o todo, se dissociado das partes que o compõem, torna-se uma abstração sem

conteúdo real (Kosik, 2007). Assumindo que a totalidade é um grande complexo constituído de complexos menos complexos (Pontes, 1995), classe, gênero, raça e etnia são complexos parciais que determinam, conformam e constituem a totalidade social, ao passo que são reciprocamente determinados pela totalidade — afinal, partes e todo partilham mediações que estão em ação no movimento relacional.

Nesse sentido, partindo do materialismo histórico-dialético, as classes sociais devem ser apreendidas como fenômenos historicamente generificados e racializados desde os primórdios da acumulação primitiva do capital, que encontrou na colonização das Américas seu âmago fundamental para o desenvolvimento do capitalismo europeu⁷ e, por consequência, da própria modernidade — estruturada sobre relações sociais racistas e sexistas, hierarquicamente organizadas de forma binária e dicotômica: superior e inferior; racional e irracional; primitivo e civilizado; tradicional e moderno — atendendo a uma concepção de humanidade (Quijano, 2005; Lugones, 2008). O sistema colonial implicou um processo de racialização radical da humanidade, produzindo uma cisão entre humanos (brancos) e não humanos (negros e indígenas) e instituindo a cognição moderna como reflexo da unidade modernidade/colonialidade⁸.

Essa racionalidade moderno-colonial sustenta-se nas colonialidades do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Lugones, 2008)⁹, impondo aquilo que Ailton Krenak (2020, p. 9) denuncia como sub-humanidade, ou seja: “é como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade”. Os sub-humanos são o objeto, os outros (mulheres, indígenas, negros, pessoas LGBTQIAPN+ e a natureza), em dissociação ao sujeito ideal do homem branco cisheterossexual. Portanto, aqueles que são alvo de domínio e violência são destituídos de seus modos de ser e viver, sendo (re)posicionados como recursos para a produção de riqueza (Pataxó, 2024) no bojo da civilização moderna patriarcal, racista, androcêntrica e produtora de mercadorias (Gonçalves, 2020).

Dessa maneira, não se deve tratar o racismo, o sexismo e a heterocisnormatividade como expressões da questão social — concepção recorrente na tradição do Serviço Social brasileiro — mas, sim, como fundamentos estruturantes da sociabilidade capitalista moderna. Como já apontava Clóvis Moura (1994), o racismo opera tanto como ideologia de dominação, instrumento central de controle social, como de exploração econômica e reprodução das desigualdades, fundando as bases capitalistas da sociedade brasileira e

⁷ Em “A assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 2013), a violência é apresentada como a parteira da sociedade capitalista, resultante de processos históricos que envolveram a expropriação dos camponeses, a constituição de uma nova divisão social do trabalho, o colonialismo e a pilhagem das riquezas das Américas, bem como o desenvolvimento do sistema de crédito público sustentado pela dívida do Estado, entre outros mecanismos de espoliação e exploração intrínsecas ao modo de produção capitalista.

⁸ Como nos lembra Frantz Fanon (2010, p. 56): “Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial.”

⁹ “Assim, a partir do interior desse ponto de partida mítico, outros habitantes do mundo, outros seres humanos, passaram a ser miticamente concebidos não como dominados através da conquista, nem como inferiores em termos de riqueza ou poder político, mas como uma etapa anterior na história das espécies nesse caminho unidirecional. Esse é o significado da qualificação “primitivo” (Lugones, 2020, p. 59).

moldando suas instituições. A questão racial não é, portanto, um apêndice da luta de classes, mas elemento constitutivo da contradição capital-trabalho.

O racismo não pode ser reduzido mecanicamente a um sistema de exploração, assim como a exploração não pode ser reduzida a uma dimensão economicista, apartada da opressão e da alienação. “A alienação é expressa na distância entre o significado de ‘si próprio’ e o significado do ‘outro’” (Bakan, 2016, p. 56), sendo imprescindível para o ethos individualista burguês. O racismo, ao dividir a humanidade em sua lógica alienadora, contribuiu para particularizar a alienação das sociedades de classe capitalistas. Daí que a questão racial,

[...] não pode ser compreendida em suas múltiplas dimensões se a interpretarmos como mero problema de constatação teórica desprovida de desdobramentos práticos. Pelo contrário, devemos partir de uma posição crítica radical que tenha como objetivo ações de reformulação política e modificação dos polos de poder. Ou continuará sendo, [...], uma questão sempre inconclusa se não for analisada como componente estrutural do sistema de dominação econômica, política e cultural (Silva, 2017, p. 38).

Nesta processualidade histórica de continuidades e rupturas, gênero, sexualidade, raça e etnia articulam-se dialeticamente. A raça é generificada, e o gênero é racializado, por meio de uma nova divisão sociossexual e racial do trabalho, além da profunda reorganização da estrutura familiar (Federici, 2017). Maria Lugones (2008) aprofunda essa análise ao propor o conceito de colonialidade de gênero, demonstrando que o corpo das mulheres — especialmente o das mulheres negras e indígenas — torna-se o principal alvo de controle, exploração e violência, essencial à acumulação capitalista e ao projeto colonial-moderno. O dimorfismo sexual (isto é, a noção de sexos diferentes, opostos e complementares), instaurado na concepção binária de macho/fêmea, fez parte do processo colonial de poder, servindo à exploração/dominação capitalista global eurocêntrica — que é heterossexual¹⁰.

O capitalismo inaugurou uma nova forma de sociabilidade, baseada na igualdade jurídica abstrata entre os homens. No entanto, essa igualdade formal não se estendeu às mulheres (nem mesmo às brancas!). Pelo contrário, o sistema capitalista forjou, em alguma medida, e aprofundou as desigualdades sexuais e raciais, relegando as mulheres a posições subalternizadas, intensificando a exploração de seus corpos como instrumentos centrais de reprodução social e acumulação de capital. A chamada igualdade de mercado negou às mulheres (brancas), durante longos períodos históricos, o direito de vender sua força de trabalho e de consumir mercadorias, em razão de sua condição social desmonetizada. Submetidas a jornadas mais extensas, intensas e mal remuneradas, essas mulheres enfrentaram formas específicas e agravadas de exploração (Oliveira, 2021).

O núcleo de fundamentação teórico-metodológico da formação socio-histórica da sociedade brasileira requer apreender a particularidade da constituição do capitalismo no país, de modo a evidenciar “os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social, etc.” (ABEPSS, 1996, p. 10). Na formação profissional,

¹⁰ “[...] a heterossexualidade não está apenas biologizada de maneira fictícia, ela é também obrigatória e permeia toda a colonialidade de gênero [...]” (Lugones, 2020, p. 71).

portanto, deve-se compreender a relação dialeticamente articulada em que a população LGBTQIAPN+, mulheres, indígenas e negras foram submetidas a processos específicos de exploração e controle social, nos quais a violência e a exploração sexual e racial constituem elementos estruturantes.

No contexto brasileiro, figuras como a ama de leite, a mãe preta, a mucama e a empregada doméstica — conforme analisado por Lélia Gonzalez (2020) —, bem como o ocultamento do protagonismo e a representação imóvel da mulher indígena ao longo da formação social capitalista brasileira, obstaculizam sua autodeterminação, definindo-a como “mãe da nação” e “pecadoras bugres” — como evidenciado por Jamille Payayá (2025). Essas construções demarcam, de maneira contundente, o lugar social ocupado pelas mulheres negras e indígenas na formação socio-histórica, relegadas, sobretudo, ao trabalho de reprodução social (da força de trabalho), mas partícipes importantes das lutas e resistências de seus grupos. Essa trajetória histórica culminou na naturalização da subalternidade da mulher indígena e negra, consolidada ideologicamente por meio do mito da democracia racial¹¹.

Ao analisarmos a relação desigual e combinada entre o trabalho assalariado europeu e os processos de expropriação e exploração marcados pela escravização e dizimação dos povos indígenas das Américas e dos povos negros da África — ainda sob o regime do escravismo colonial (Pacheco Neto, 2015; Gorender, 1978) —, é possível identificar um locus privilegiado de produção de riqueza que foi sistematicamente transferido às metrópoles europeias, culminando na Revolução Industrial como marco decisivo da consolidação capitalista global. A organização do trabalho deu-se de forma territorial sob a hegemonia da relação capital-trabalho, que conviveu, simultaneamente, com a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil e o próprio trabalho assalariado (Quijano, 2008).

Implica reconhecer que o capitalismo, enquanto um inédito modo de produção mundial, inclui em sua constituição tanto sua condição de gênese local — no contexto pioneiro da territorialidade europeia da transição da Idade Média à Idade Moderna, em que se dá a supressão do feudalismo — quanto sua condição de gênese global — no contexto pioneiro da territorialidade americana da transição da idade originária à idade colonial, em que se dá a violação dos modos de ser e viver de diversos povos indígenas (Pataxó, 2024). Isso, consequentemente, implica observar que a gênese da formação social capitalista brasileira está situada no período colonial, erguido desde a fundamentação jurídica, econômica, religiosa e epistemológica europeia moderna, que culminou na racialização das diversas etnias como constitutivas do grupo social historicamente denominado de *índios* (Baniwa, 2022), *negros da terra* (Monteiro, 1994) e *indígenas* (Potiguara, 2025).

¹¹ “[...] no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina, que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. Sobre tudo nos países de colonização luso-espanhola, onde as pouquíssimas exceções (como a Nicarágua e o seu Estatuto de Autonomia de las Regiones de la Costa Atlántica) confirmam a regra. Por isso mesmo, creio ser importante voltar o nosso olhar para a formação histórica dos países ibéricos. Trata-se de uma reflexão que nos permite compreender como esse tipo específico de racismo pode se desenvolver para se constituir numa forma mais eficaz de alienação dos discriminados do que a anterior (Gonzalez, 2020, p. 118).

As populações racializadas como indígenas remontam às diversas etnias que habitam seus corpos-territórios originários desde antes de serem alvo da dominação do capital, iniciada com o desembarque dos primeiros homens brancos das caravelas (Kayapó, 2025). Estas são alvo de diversas estratégias de etnogenocídio há mais de quinhentos anos, ou seja, vítimas da “tentativa de extermínio simbólico-material” (Guarani, 2022, p. 25), sendo submetidas, por exemplo, à formatação para o trabalho — incluindo a escravidão, o letramento via catequese, a desterritorialização por expulsão e perseguição. Trata-se, portanto, de abrir acesso à memória ancestral de que a América Latina e o Brasil são produtos históricos da (des)formatação de, respectivamente, Abya Yala¹² e Pindorama¹³, como alvos da dominação capitalista desde o período colonial. Isso é, compreender que o processo de violência capitalista contra os povos indígenas, iniciado no século XV, perdura até o século XXI, tendo em vista que a (te)existência da vida indígena perpassa, continuamente, pela obstrução de seus modos de ser e viver, culminando na “assunção de vida de migrantes, adentrando nas filas do proletariado urbano ou nos bolsões de pobreza das grandes cidades” (Pankararu, 2018, p. 498).

Portanto, esses elementos, que dialogam com os núcleos de fundamentação da vida social e da formação socio-histórica da sociedade brasileira, nos convocam para a imprescindibilidade de promover o debate sobre epistemes não eurocêntricas como instrumento de crítica à suposta universalidade da racionalidade ocidental, o que será a base para aquilo que preconiza nosso núcleo de fundamentação teórico-metodológico do trabalho profissional.

Contudo, ainda persiste na sociedade e, portanto, no Serviço Social, o *desafio de superar conceitos que embasam preconceitos*. Torna-se necessário escutar e ler os povos indígenas (Pataxó, 2025), buscando se aproximar da diversidade dos modos de ser e viver de mais de 300 povos indígenas no Brasil, bem como da história das lutas anticapitalistas em seus corpos-territórios originários (Pankararu, 2023) e de sua visão da formação social capitalista brasileira desde a invasão colonial europeia há 500 anos (Prézia, 2023). Trata-se de processos imprescindíveis à formação profissional, que deve ser capaz de combater o preconceito, tanto no cotidiano da vida social quanto no exercício profissional (Amaral; Bilar, 2020), no âmbito das políticas de proteção social voltadas a essa população (Fernandes; Maciel; Domingos, 2022); possibilitando, assim, superar o fato de que “a despeito da visibilidade do tema pelas entidades representativas da categoria profissional, sobretudo nos últimos dez anos, a produção de conhecimento que privilegia a temática indígena ainda é incipiente” (Ribeiro; Nascimento, 2024, p. 179).

A leitura histórica do gênero humano, em sua fundamentação liberal, é condicionada por pressupostos evolucionistas e eurocêntricos, que representam as populações indígenas e

¹² Abya Yala, na língua Kuna, significa “‘terra em plena madurez’ ou ‘terra de sangue vital’” (Minóso;Correal; Muñoz, 2014, p. 13), utilizado por povos indígenas para designar o continente denominado América. Ocorreu que “o líder boliviano Aymara Takir Mamani propôs que todos os povos nativos utilizassem a denominação 'Abya Yala' em suas declarações oficiais, pois 'aceitar os nomes estrangeiros em nossos povoados, nossas cidades e nosso continente equivale a subjugar nossa identidade à vontade de nossos invasores e seus herdeiros” (Chakaruna, 2022).

¹³ Pindorama na língua tupi-guarani, reuni *pin'dob* (palmeira) com *orاما* (espetáculo), significando “espetáculo das palmeiras”, corresponde ao nome atribuído pelas populações originárias ao território, hoje, enunciado *Brasil* (Castanha, 2007).

negras como povos primitivos e sinônimo de menor capacidade cultural. Essa perspectiva ignora a complexidade histórica e cultural desses povos, sustentando uma hierarquização que já foi amplamente refutada pelo próprio Marx em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* (FORMEN) (1964)¹⁴, onde o autor rejeita uma leitura unilinear e progressiva da história humana.

Entretanto, a lógica evolucionista — sobretudo aquela desenvolvida pela antropologia eurocentrada de Lewis H. Morgan, no século XIX — é, em parte, reproduzida na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels (1884). Embora essa obra seja fundamental na crítica materialista às instituições sociais como a família, a propriedade privada e o Estado, é necessário estabelecer as devidas mediações históricas e epistemológicas. Diversas autoras marxistas, como Eleanor Burke Leacock (2012, 2019), Lise Vogel (2022) e Cinzia Arruzza (2011, 2015), evidenciam diferenciações entre os pensamentos de Marx e Engels e os processos de superação na produção marxiana, à medida que Marx se aproximava sucessivamente do movimento do real. Destaca-se, ainda, a recente publicação *Marx às margens*, de Kevin B. Anderson, que demonstra como Marx dialogou com as lutas na Índia, China, Rússia, Argélia, Irlanda e com a escravidão nos Estados Unidos, reconhecendo nelas formas concretas de resistência e expressões das contradições do capitalismo global. O método marxiano é vivo e, portanto, necessita ser movimentado ao se aproximar da realidade, que é a processualidade histórica determinada por sujeitos que imprimem ação e sentido a ela.

A partir do pensamento dialético, compreendemos que o universal e o singular se processam por meio da particularidade, assumida como campo de mediações. De acordo com Pontes (1999, p. 8), é “neste campo de mediações que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular”. Nesse sentido, conforme já argumentamos, o pensamento dialético nos permite afirmar que não há hierarquia entre as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade, pois essas não são comparáveis entre si. Classe, raça, etnia, sexualidade e gênero constituem totalidades parciais inseridas em uma totalidade mais complexa e, por isso, se materializam de formas singulares e relacionais — entre si e em relação ao todo (Oliveira, 2021).

Nessa perspectiva, as relações generificadas e racializadas dessa sociedade são produtos da sociabilidade capitalista, fundada em uma lógica classista específica: sob o domínio do capital e da contradição capital versus trabalho. Afinal, “[s]egundo a concepção materialista da história, o fator determinante, em última instância, na história, é a produção e a reprodução da vida real” (Engels, 1890, p. 79). Nesse modo de produção capitalista, essa produção e reprodução da vida se organizam de forma racializada e generificada. Ou seja, tanto a produção (de mercadorias) quanto a reprodução social (da força de trabalho e da vida cotidiana) são determinadas por relações sociais racializadas e generificadas.

O Serviço Social, por sua vez, é expressão do desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase monopolista e surge como uma profissão interventiva que responde às próprias necessidades do capital e da regulação da força de trabalho. O fato de a

¹⁴ Os escritos contidos nesse livro fazem parte do *Grundrisse*, redigido entre 1857 e 1858.

profissão ser organizada segundo a lógica da divisão sociotécnica do trabalho — e suas expressões racializadas e generificadas — revela aspectos localizados na legalidade da universalidade, que saturam a singularidade com determinações múltiplas, ao passo que essa mesma universalidade se vitaliza pela existência concreta do singular¹⁵.

Essa mesma lógica dialética de apreensão do movimento real nos convoca a analisar a realidade dos sujeitos — nós mesmos e aqueles com os quais trabalhamos — nos diversos serviços, compostos majoritariamente por mulheres negras e pobres. Portanto, adensar a análise histórica da relação entre classe, gênero, sexualidade, raça e etnia no capitalismo é urgente e necessário para compreender o próprio desenvolvimento socio-histórico do Serviço Social — que não é endógeno, mas se constitui como uma resposta exógena, determinada pelas necessidades do capital e do Estado burguês.

Desafios históricos e proposições para o futuro

Ao articular os debates realizados no interior do GTP com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, faz-se necessário pontuar que enfrentamos ainda alguns desafios, concentrados, sobretudo, na necessidade de articular, de forma mais consistente, na formação profissional, as ênfases em gênero, raça, etnia e sexualidades; bem como na consolidação de uma análise histórico-social sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo no processo de formação profissional em Serviço Social.

Somos, assim, instados/os/es a ultrapassar o nível abstrato da singularidade. É na dimensão humano-genérica que localizamos as relações sociais de produção, que são racializadas e generificadas; a contradição capital-trabalho; a relação Estado-sociedade; a lei geral da acumulação capitalista; as políticas sociais, entre outros elementos estruturantes — todos conformados por relações sociais determinadas pela configuração racial e generificada das relações sociais, organizadas de forma binária e cisheteronormativa. Dessa forma, é necessário aprofundar qualitativamente a análise das determinações sociais que perpassam o nosso trabalho profissional, por meio de uma perspectiva que articule classe, gênero e raça-etnia, compreendendo-as como dimensões indissociáveis no interior da totalidade social. Esses são alguns dos desafios que devem ser considerados na busca pela consolidação dos núcleos de fundamentação teórico-metodológicos, conforme as DC da ABEPSS, nos currículos dos cursos de Serviço Social.

no campo das proposições, ratificamos a recomendação da inclusão, na matriz curricular, de ao menos uma disciplina obrigatória voltada a essas temáticas, a ser cursada antes do início do estágio supervisionado, conforme apresentado por Eurico *et al.* (2021). Ainda, avalia-se como fundamental, como dissemos, que o debate aqui produzido seja transversal a todo o currículo, com a previsão de referências bibliográficas básicas sobre as relações de gênero, sexualidade, raça e etnia em todas as disciplinas.

Considerando que se impõe, inclusive aos cursos de Serviço Social, a observância das determinações legais relativas à obrigatoriedade do ensino da história e das culturas afro-

¹⁵ “[...] é justo considerar que a intervenção do assistente social se coloca diante deste campo de mediações complexas, que se tornam tanto mais complexo, quanto maior for à quantidade de determinações histórico-sociais, constitutivas do seu tecido social.” (Pontes, 1999, p. 10).

brasileiras e indígenas, conforme preconiza a Lei nº 11.645/2008 (que ampliou a Lei nº 10.639/2003), ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), determinando a inclusão de tal conteúdo nos currículos da educação brasileira. Especificamente no âmbito do ensino superior, essa obrigatoriedade é regulamentada pela Resolução CNE/CP nº 01/2004, do Ministério da Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis e modalidades da educação nacional, reafirmando a necessidade de uma formação crítica e plural que contemple a diversidade étnico-racial presente na constituição da sociedade brasileira.

Torna-se importante, portanto, recomendar que, dentre as bibliografias para estudo e formação das ementas curriculares, sejam incorporadas também as produções intelectuais de autoras/es indígenas, negras/os e LGBTQIAPN+, pois fazem parte da constituição da cultura brasileira — ainda que, frequentemente, negadas e/ou silenciadas pela lógica da branquitude epistêmica eurocentrada. Nesse sentido, é urgente reconhecer essa população e suas produções científico-culturais não apenas como objetos de estudo, mas como fontes legítimas de conhecimento, com contribuições próprias para a crítica social, ontológica e política da modernidade ocidental capitalista. Tendo em vista o que foi demonstrado neste texto, não faltam referências históricas e filosóficas que nos ajudam a enfrentar o eurocentrismo acadêmico, consolidado nos muros universitários — os quais ainda pouco convivem com a população negra, indígena e LGBTQIAPN+ como sujeitos produtores de conhecimento, e não apenas como objetos de pesquisa e intervenção profissional.

Tecemos, portanto, a convocação para desentranhar, das mediações, “determinações e categorias históricas submersas na névoa da faticidade, tal como aparece no plano da imediaticidade” (Pontes, 1999, p. 10). No plano da imediaticidade, os fenômenos sociais se apresentam como fatos isolados, carecendo de um processo reflexivo capaz de alcançar as determinações mais profundas que constituem o que se materializa como real no campo da intervenção profissional. A partir da perspectiva helleriana, aprendemos que é necessária a suspensão da cotidianidade (impregnada de suas características de imediaticidade, superficialidade extensiva, ultrageneralização etc.) para nos dirigirmos a um pensamento próximo da genericidade humana, que seja capaz de desvelar os percursos ainda necessários para uma formação e atuação profissional verdadeiramente anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABRASSPI. Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígena. **Manifesto Serviço Social e Povos Indígenas:** aproximações e desafios do tempo presente. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/133RFi723MFI5MgM-18fZHcKhzc4Qr3l6/view>. Acesso em: 08 ago. 2022.

AMARAL, Wagner R.; BILAR, Jenifer A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta**, n. 46, v. 18, p. 180–195, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013>. Acesso em: 20 out. 2025.

ARRUZZA, Cinzia. Rumo a uma “união queer” de marxismo e feminismo? **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 159–170, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18740>. Acesso em: 20 out. 2025.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/o capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33–58, 2015. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BAKAN, Abigail. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, n. 27, p. 45–76, 2016. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/11/02_Bakan_2016.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BANIWA, Gersem J. dos S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: MEC, 2006.

BERGUER, William (org.). **No olho do furacão**: populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social em tempos de barbárie. Vitória: Milfontes, 2020.

CASTANHA, Marilda. **Pindorama**: terra das palmeiras. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
CASTRO, E.; TEIXEIRA, J. B.; PALHARES, V.; SANTOS, A. M. de S. **Povos Indígenas do Alto Rio Negro e dominação colonial**: a resistência na contracorrente de missões, missionários e militares. Manaus: Valer, 2024.

CHAKARUNA. **Abya Yala Sin Frontera**. Disponível em: <http://hernehunter.blogspot.com/2009/07/entre-america-e-abya-yala.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **La matriz de la desigualdad social en América Latina**. Santiago, Chile: Ed. Cepal, 26 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília (DF): CFESS, 2022.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 4, p. 69–81, 1993. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

EURICO, Márcia C. et al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/274299/001194822.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2025.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch, 21 de setembro de 1890. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre o materialismo histórico**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2007. p. 79–81.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, 2017. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 20 out. 2025.

FERNANDES, Rosa M. C.; MACIEL, Mariana; DOMINGUES, Angélica. Políticas Indigenistas: Contribuições para a agenda de Educação Permanente. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 28, n. 2, p. 128–144, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22005-censo-2022-o-retrato-atualizado-do-brasil.html> <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255497>. Acesso em: 20 out. 2025.

GONÇALVES, Scheilla N. **“Mulheres dos Escombros”**: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

GUARANI, Geni Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas Guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022, 132 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População no Censo 2022**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22005-censo-2022-o-retrato-atualizado-do-brasil.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

KAYAPÓ, Aline N. K. L. Descaravele-se. In: KAYAPÓ, Aline N. K. L.; PAYAYÁ, J. da S. L.; TUPINAMBÁ, Arlete M. P. S. (org.). **WAYRAKUNA Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. 2. ed. Piauí: Cancioneiro, 2025.

KAINGANG, Angélica D.; FERNANDES, Rosa Maria C. (org.). **Políticas Indigenistas**: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEACOCK, Eleanor B. Posfácio: Introdução à edição estadunidense. In: **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 227–302.

LEACOCK, Eleanor B. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73–102, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1965.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, n. 34, p. 28–38, ago./out. 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em: 20 out. 2025.

MIÑOSO, Yuderlys E.; CORREAL, Diana G.; MUÑOZ, Karina O. Introduccion. In: MIÑOSO, Yuderlys E.; CORREAL, Diana G.; MUÑOZ, Karina O. (org.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popaván: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Rayane N. **Serviço Social, classe, gênero e raça**: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. 227 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

PACHECO NETO, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial**: conflitos, apresamentos e mitos. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PANKARARU, Amanda B. dos S. **A retomada das indígenas**: reflorestando o lugar de mulher. 2023, 93 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

PANKARARU, Elizângela C. de A. S. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 480–500, set./dez. 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.155>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

PATAXÓ, Raquel M. M. **O canto do Antropoceno: a questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente**. 2024. 322 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PATAXÓ, Raquel M. M. KIJEME APAKÁ: Escuta-Escrita se uma Pataxó Indígena mulher na Universidade. In: KAYAPÓ, Aline N. K. L.; PAYAYÁ, Jamille da S. L.; TUPINAMBÁ, Arlete M. P. S. (org.). **WAYRAKUNA Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. 2 ed. Piauí: Cancioneiro, 2025.

PAYAYÁ, Jamille da S. L. Indígenas mulheres em movimento: ventos que polinizam. In: KAYAPÓ, Aline N. K. L.; PAYAYÁ, Jamille da S. L.; TUPINAMBÁ, Arlete M. P. S. (org.). **WAYRAKUNA Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. 2. ed. Piauí: Cancioneiro, 2025.

PRÉZIA, Benedito. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2023.

PONTES, Reinaldo. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Cadernos Técnicos do Sesi Cni**, v. 23, p. 60–68, 1999.

QUEIROZ, Fernanda M. de. et al. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**, Brasília, n. 27, p. 233–241, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017162.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107–126.

RIBEIRO, Patrício A.; NASCIMENTO, Maria Antônia C. Movimento indígena e quilombola: lutas sociais e políticas públicas no rural amazônico. **Argumentum**, v.16, n. 3, p. 187–194, set./dez. 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9963496.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

ROCHA, Camila C.; BELTRÃO, Mariana F. A.; OLIVEIRA, Rayane N. Cinco notas a propósito da Teoria da Reprodução Social e suas contribuições ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 148, n. 3, p. e-6628441, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XfvnY4GdHp7YtTWS6P7Vbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, v. 104, p. 605–631, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

SILVA, Ana Paula P. da. **O contrário de casa-grande não é senzala: É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres:** rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Submetido em: 1/9/2025

Revisto em: 2/9/2025

Aceito em: 18/9/2025